



Yasmin do Carmo Costa de Azevedo

A criação do inimigo interno: uma análise
crítica da segurança pública carioca

Orientador: Sergio Veloso
2019.2



Yasmin do Carmo Costa de Azevedo

A criação do inimigo interno: uma análise
crítica da segurança pública carioca

Monografia apresentada ao Instituto de Relações
Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de
Janeiro (PUC-Rio) como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel em Relações Internacionais

Orientador: Sergio Veloso

2019.2

À minha eterna vereadora Marielle e a todas as pessoas visíveis pro
Estado apenas como uma manobra de controle.
Que a resistência diária não seja mais
necessária no futuro.

Agradecimentos

Antes de mais nada, é importante dizer que sou grata a todos que passaram pela minha vida e, mesmo que sem perceber, contribuíram para quem eu sou hoje. Desde colegas de turma até meus professores da escola, meus mais sinceros agradecimentos, pois eu não seria metade do que sou hoje sem todo aprendizado que tive em todo meu percurso.

Mais especificamente, não tenho nem palavras para agradecer às duas pessoas que talvez sejam os meus maiores torcedores. Meus pais, Carla e Ronaldo, que dedicaram todos esses anos para que eu tivesse a melhor formação possível. Obrigada por sempre acreditarem que eu sou capaz de mover montanhas e saibam que vocês são a principal razão de eu ser tudo que eu sou e de tudo que eu realizei.

Agradeço imensamente a minha avó, Rachel, por estar presente em todas as fases da minha vida e por ser meu porto seguro, principalmente aos almoços de domingo. À minha dinda, Carmen, obrigada por sempre apostar no meu potencial e me reconfortar com as comidas veganas que você cozinha com tanto amor. Às minhas primas mais velhas, Hannah e Rachel, por serem figuras nas quais desde pequena me espelho. E não poderia deixar de fora meu avô, Rui, que com muito esforço me proveu com um mar de possibilidades. Onde quer que esteja, muito obrigada, e sinto muito por não poder compartilhar tudo que estou colhendo com você. Por sua causa, tenho orgulho de dizer que sou neta de indiano.

Ao Igor, agradeço por todo amor. Mil vezes obrigada por ser a pessoa que está sempre de braços abertos quando eu preciso de um abraço. Agradeço, também, por todas as vezes que me incentivou e me presenteou com livros sobre o tema da monografia. Um obrigada simplesmente não descreve o quanto você foi importante nesse processo.

Às minhas amigas da escola, minhas parceiras para tudo, saber que eu ainda tenho vocês na minha vida, depois de quase duas décadas, é saber que eu cultivo a forma mais honesta de amor. Em especial a Jessica e Ana Clara, obrigada por serem uma constante garantia de amparo.

Já dentro da PUC, diversas são as pessoas que alegraram a minha graduação. Aos mais queridos Ana Luisa, Eduardo, Mari, Carol, Clara, obrigada por sempre me ajudarem academicamente e por sempre conseguirem arrancar risadas de mim. A Mariana e Danielle, obrigada por me ouvirem sempre que preciso, mesmo o menor dos problemas. A sinceridade da nossa amizade traz leveza para a minha alma.

Ao meu orientador, Sergio, reservo agradecimentos especiais. Toda sua calma e honestidade foram fundamentais para o processo. Obrigada por respeitar minhas limitações e por não me deixar desistir.

Por fim, agradeço ao IRI por todas as aulas e ensinamentos. Sou uma versão lapidada de mim mesma se comparada a quando entrei na faculdade. A graduação me possibilitou ser uma pessoa crítica. Obrigada por serem, além de educadores, formadores de pessoas que sabem questionar o mundo.

Resumo

Esse artigo aborda questões referentes à segurança pública no Rio de Janeiro sob uma análise crítica. Avaliando discursos políticos e dados sobre a situação do dia a dia na cidade carioca, a ideia hegemônica das políticas levadas pelos aparatos policiais do Estado será colocada em cheque. Com ajuda de conceitos teóricos, como o de necrobiopolítica, o artigo focará em questionar porquê a situação do Rio de Janeiro se mostra tão desigual, com números alarmantes de mortes de jovens negros por operações policiais.

Palavras-chave

Segurança pública; Rio de Janeiro; necrobiopolítica; inimigo interno

Sumário

| | | |
|-----------|--|-----------|
| 1. | Introdução | 7 |
| 2. | Necrobiopolítica na prática | 10 |
| 3. | A segurança pública carioca | 14 |
| 4. | O Estado - ausente ou presente? | 18 |
| 5. | Considerações finais | 24 |
| 6. | Referências bibliográficas | 26 |

1. Introdução

A segurança no Rio de Janeiro é um tema abordado incessantemente pelo jogo político brasileiro por causa da importância da cidade, sendo um dos principais cartões postais do país. As últimas décadas trouxeram imensa relevância internacional à cidade, já que a mesma foi escolhida para ser sede de diversos mega-eventos esportivos, como as Olimpíadas e a Copa do Mundo. Para responder ao holofote, a capital carioca passou por diversas mudanças de diferente cunho, desde revitalizações de espaços públicos até políticas públicas mais duras.

A implementação da UPP, por exemplo, surgiu em 2008 como um instrumento do Estado de conter a criminalidade das favelas, advinda do tráfico de drogas (OLERJ, sd) Essa presença estatal em locais considerados berços de criminosos foi indispensável no processo de construção de uma imagem de segurança e estabilidade, além de ter sido essencial para reafirmar a soberania do Estado. Com isso, os últimos anos marcaram uma solidificação da pauta de segurança pública no Rio de Janeiro. Inclusive, o tema mais abordado por internautas brasileiros na eleição de 2018 foi a questão da segurança, junto da economia. (VALENTE, 2018)

Tais políticas não seriam possíveis na prática sem que houvesse uma estrutura ideacional por trás para servir como sustentação. Para isso, discursos políticos destacando um inimigo interno foram necessários para o convencimento da população da indispensabilidade da implementação de políticas mais duras e incisivas, para que essas fossem legitimadas pelo povo. Uma ideia fortemente mobilizada, principalmente pela mídia, foi a ideia de que a cidade do Rio de Janeiro estaria em guerra. O jornal Extra até mesmo chegou a criar em 2017 a

editoria "Guerra no Rio" para noticiar "tudo aquilo que foge ao padrão da normalidade civilizatória, e que só vemos no Rio". (EXTRA, 2017)

Além disso, na mobilização do discurso políticos, foram criadas categorias de identidades da própria população - o "cidadão do bem" e o "bandido", que, claramente, são antagônicas. De um lado, o conjunto de pessoas que clamam por mais segurança e ações sólidas por parte da polícia. De outro, o alvo dessas políticas de segurança pública. Por causa disso, a socióloga Márcia Leite costuma afirmar que a ideia da "cidade em guerra" se juntou com a metáfora de "cidade partida", conceito de Zuenir Ventura (LEITE, 2012, p. 380, apud VENTURA, 1994). Vale ressaltar que essas duas concepções da cidade carioca serão fortemente questionadas ao longo do artigo, justamente porque a aceitação acrítica de ambas leva ao consentimento cego de políticas públicas hostis.

Estudar a dinâmica da segurança pública do Rio de Janeiro se torna uma questão extremamente relevante para perceber como o status de ser cidadão carioca depende da sua identidade. A suposta guerra na cidade causa mortes perpetradas por policiais que possuem endereço pré definido, já que se concentram nos locais mais pobres da capital. Apenas 1% de todas as mortes se concentram no bairro nobre da Zona Sul, em que metade das mortes foram localizadas em favelas dessas regiões. (BIANCHI, 2017) Isso mostra que mesmo em bairros mais afortunados, as mortes não são localizadas no asfalto, e sim nas favelas. Ademais, em uma análise identitária, os dados mostram que 79% das homicídios originadas de violência policial tem o homem negro como alvo. (ANISTIA INTERNACIONAL, 2015)

Frente a esses números bárbaros sobre a ação de agentes policiais, fica em mente o questionamento de se o Rio de Janeiro de fato seria uma cidade partida,

em que um lado o Estado se faz presente com assiduidade e outro em que há um vácuo de ação estatal. Além disso, é coerente se perguntar como essa situação de força desproporcional e parcial é aceita pela população carioca.

Assim, o presente artigo irá analisar como se dá essa dinâmica da segurança pública no Rio de Janeiro. Serão analisadas, ao longo do texto, falas de políticos para entender como as palavras, na prática, são essenciais para a mobilização de toda uma política de Estado. A ideia de convencimento da população pela política de medo, através da aplicação da chamada necrobiopolítica, é o ponto chave para entender a situação. Ademais, para garantir que a pesquisa seja fundamentada na atual conjuntura, dados serão mobilizados para entender como se dá a política de segurança pública na prática e suas consequências.

2. Necrobiopolítica na prática

A notícia que a cidade do Rio de Janeiro encontra-se em estado de guerra é fortemente propagada por diversas instituições na sociedade, técnica usada para gerar a sensação de insegurança. (BRAVO; DRUMOND, 2013) De acordo com o teórico político Achille Mbembe, "A guerra, afinal, é tanto um meio de alcançar a soberania como uma forma de exercer o direito de matar." (2018, p. 6) Seguindo essa lógica, o caso da cidade carioca é especialmente problemático pois esse discurso é difundido pelo governo, já que o inimigo se torna uma parcela da sua própria população. Uma guerra prevê lados distintos que se combatem e, nesse caso, o Estado estaria em um extremo enquanto os "bandidos" estão em outro. Surge, assim, um elemento indispensável para a manutenção da chamada "necrobiopolítica" e seu regime de terror: a criação de uma ameaça interna.

Essa dinâmica é explorada por Berenice Bento, que explica: "a governabilidade, para existir, precisa produzir interruptamente zonas de morte." (BENTO, 2018, p. 3) A essa problemática, a autora dá o nome de "necrobiopolítica", que possui o Estado como o seu principal ator. O conceito afirma que a identidade de indivíduos é utilizado como um norteador das políticas estatais, em que o destino de alguns grupos já estaria previamente marcado. É traçada uma diferença dentro de uma mesma população, já que algumas vidas tornam matáveis.

Como explica a cientista política Jenny Edkins, "o Estado moderno funciona por processos de exclusão forçada, e ele pode mudar a definição de quem precisamente será excluído a qualquer momento." (2003, p. 6, tradução nossa) Assim, o Estado moderno se constrói e se solidifica com uma lógica de opressão e controle. Nesse caso especificamente, o alvo dessa política

compulsória é uma parcela da sua própria população, ou seja, é criado um “inimigo interno”. (ibid, tradução nossa) Para consolidar essa existência de um inimigo, porém, é necessário uma construção e reprodução constante da ideia do "outro". (BENTO, 2018) Além disso, é importante notar que esse regime pode ser implementado com ações diretas, como a mobilização de aparatos militares, ou com ações mais discretas, como a carência de políticas públicas e negligência de serviços estatais básicos. (TELES, 2018)

Mesmo o Estado brasileiro possuindo diversos "inimigos" e mobilizando-os de acordo com seu próprio interesse, desde a comunidade LGBTQ+ à população indígena, o caso aqui estudado faz referência exclusiva à parcela favelada do povo carioca. As imagens negativas da favela representadas na mídia diariamente em grandes jornais, somadas com discursos políticos e o senso comum, criam uma demanda popular por ordem que legitima as ações violentas do Estado. (BETIM, 2018) Essa estratégia política faz com que a população afirme que "bandido bom é bandido morto", discurso que se refere quase que exclusivamente a uma parcela seletiva da população - o jovem negro favelado. Essa dicotomia criada na cidade do Rio de Janeiro, que estaria em guerra, é explicada por Leite:

[...] a construção de duas imagens polares a partir da metáfora da guerra: de um lado, os cidadãos – identificados como trabalhadores, eleitores e contribuintes e, nesta qualidade, pessoas de bem, honradas, para quem a segurança é condição primordial para viver, produzir, consumir; e de outro, os inimigos representados na/pela *favela* – categoria que não distingue moradores e criminosos. (LEITE, 2012, p. 379, grifo do autor)

É uma política perversa, pois cria um sentimento de segregação entre a população para a manutenção de um sistema que constantemente aterroriza toda população, enquanto extermina apenas uma parcela. Além disso, esse fragmento da população alvo se encontra sempre no limbo entre vida e morte.

A criminalização reforça as fronteiras geográficas da favela, que sempre foi vista como um local de perigo e miséria. (BRAVO; DRUMOND, 2013) Quanto mais esse discurso é reiterado, mais a dinâmica favela-asfalto se torna distante, aumentando “demandas de isolamento, afastamento e evitação do outro” (SILVA, 2010, p. 287) Influenciados pela política do medo, os "cidadãos do bem" escolhem um modelo de segurança que é seletivo e individualista, em que as pessoas prezam apenas pela sua própria proteção, mesmo que signifique insegurança para outra parte da população. (ibid)

Um ótimo exemplo de discurso político polêmico foi o do ex-governador Sérgio Cabral, na época em que ainda exercia o cargo, se referindo à favela como “uma fábrica de produzir marginal”, indicando o aborto como uma solução para segurança pública do Rio de Janeiro. (FREIRE, 2007) Assim, vemos que até mesmo a ideia da existência de favelados já possui um futuro condicionado ao crime, devendo ser extirpado antes mesmo de seu nascimento. É a necrobiopolítica aplicada: “o desejo é pela eliminação sistemática daqueles corpos que poluem a pureza de uma nação imaginada” (BENTO, 2018, p. 4)

Esse sistema desumaniza as pessoas, no sentido de que o Estado não se preocupa de fato com os indivíduos como seres humanos. O direito à vida é esvaziado e o "outro" só é relevante quando é mobilizado para ser a negação do "eu". Os cidadãos, portanto, se tornam apenas uma ideia presente no discurso manipulado para o Estado manter seu controle. Assim, a identidade do "outro" é usada de forma calculada, como para reforçar o estereótipo e legitimar as políticas. Podemos ver isso nitidamente com o relato de Márcia, mãe de Hanry, menino de 16 anos morto por um policial. Ela tenta explicar que seu filho não seria nunca um criminoso, mas mesmo assim as pessoas não acreditariam em sua

palavra, já que ele "É só mais um negro, favelado. A sociedade lá embaixo vai acreditar que é bandido e vai bater palma, afinal, como dizem, 'bandido bom é bandido morto'" (DE LARA, 2018)

Ainda mais preocupante é perceber como essa lógica criminalizadora, difundida através das pautas da segurança pública, é abrangente e genérica, pois acaba englobando uma parcela enorme da população, já que "O suspeito, o bandido pode ser qualquer jovem que ande de camisa aberta, use boné, bermuda, chinelos e, principalmente, que seja negro." (BENTO, 2018, p. 14) Assim, o Estado, tanto a instituição como um todo, quanto as suas forças, são vistas como uma ameaça por esse grupo. A necrobiopolítica acaba por salientar a maldade da nossa sociedade atual:

Quando penso em um policial que olha no olho de outra pessoa, que implora para não morrer e escuta: "prepara-se para morrer, vagabundo", creio que, ao refletir sobre necrobiopolíticas, estou entrando numa zona de trevas cujo coração não sei onde está. Esse é meu susto: o rosto, o corpo, a pele, a língua, atributos ditos humanos, não bastam para assegurar o direito à vida. (ibid)

3. A segurança pública carioca

O Rio de Janeiro não é apenas mundialmente conhecido pelas suas praias e futebol, mas também pelas suas favelas. Estas se encontram presente por toda cidade, desde os bairros mais pobres aos mais ricos. Essa disposição geográfica resulta em disparidades extremas nos bairros da cidade, sendo nitidamente vista na paisagem da cidade. Além disso, historicamente, a presença das favelas nos locais mais nobres é marcada por casos de remoções, nem todos bem sucedidos, para abrir espaço para negócios mais rentáveis, principalmente por causa da especulação imobiliária. (FERREIRA, 2009) Porém, é necessário deixar claro que essa aversão às favelas não se dá apenas por querer fomentar espaços mais lucrativos, mas também vem fundamentalmente atrelado a uma ideia de que é o local da ameaça e constante perigo. (BRAVO; DRUMOND, 2013)

Por causa dessa dinâmica urbanística, a proximidade entre favela/asfalto, sempre houve esse estranhamento por parte dos mais afortunados. Assim, medidas que evocam a segurança pública, como as UPPs, são constantemente tomadas nas favelas. Inclusive, vale ressaltar que a primeira UPP criada foi no bairro de Botafogo, na favela Santa Marta (OLERJ, sd), justamente em uma das áreas mais estimadas do Rio de Janeiro. (FERREIRA, 2009)

Com essa lógica, a segurança pública carioca é sempre alvo de destaques na política, sempre muito presente em debates e discursos, justamente por ser um tema que aflige o cotidiano da população. Essa pauta é principalmente mobilizada em tempos em que a "guerra" é declarada no Rio de Janeiro. (BRAVO; DRUMOND, 2013) Pode-se dizer, então, que nesse sentido há uma securitização da segurança pública no Rio de Janeiro, utilizada como uma forma do governo reafirmar sua autoridade no território. Esclarecendo:

Securitização é o movimento que leva a política além das regras estabelecidas do jogo e coloca o problema como uma forma excepcional de política ou acima da política. Securitização pode assim ser vista como uma versão mais extrema de politização. (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p. 23)

Ou seja, a securitização é trazer uma urgência e relevância para a pauta, conseguindo priorizá-la de acordo com a necessidade e facilitando a arrecadação e mobilização de recursos. No caso do Rio de Janeiro, quando a intervenção federal foi estabelecida, o decreto possibilitou que a operação disponibilizasse de qualquer meio necessário para a sua realização. (MAZUI; CARAM; CASTILHOS, 2018) Outro exemplo seria no ano de 2014, em que o Brasil estava sediando a Copa do Mundo de 2014 e o Rio de Janeiro estava se preparando para as Olimpíadas de 2016, em que quase 1 bilhão de reais foram gastos com policiamento, com cerca de 12 mil agentes policiais, e 80 milhões de reais foram direcionados apenas para a compra de câmeras especificamente para a segurança dos estádios. (COMITÊ POPULAR RIO DA COPA E DAS OLIMPÍADAS, s.d.)

No processo de securitização o discurso vem como uma ferramenta essencial para que o público se convença da gravidade da situação e legitime as medidas incisivas. Para isso, o discurso deve mobilizar de forma que deixe clara a urgência. (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998) Um ótimo exemplo disso é, mais uma vez, a fala do ex-governador Sérgio Cabral em 2007, sobre a necessidade do Estado combater a criminalidade:

A população está convencida da necessidade desse confronto. Nos últimos anos houve um crescimento da musculatura do tráfico que a população não suporta mais. As pessoas estão prontas para fazer o sacrifício porque sabem que só isso vai melhorar sua qualidade de vida. [...] Hoje sabemos que a ordem pública é a garantia da cidadania. Todos temos que fazer sacrifício pela vitória contra a barbárie. Não há como fazer omelete sem quebrar os ovos. O próprio presidente Lula disse que o crime não se combate com pétalas de rosa. Eu adoraria que os bandidos se entregassem, que entregassem suas armas pacificamente, mas isso não é possível. Não há outro caminho a ser seguido. (CABRAL, 2007)

Nessa época, as operações policiais contra o tráfico recebiam 92% de aprovação da população, como diz uma pesquisa do Extra. (ibid) Essa resposta dada pelo político veio após o entrevistador perguntar se essas mesmas operações, que resultam em mortes e balas perdidas pelos tiroteios, receberiam índices de aprovação alto se fossem realizadas no asfalto de bairros nobres. Cabral escolhe ser cuidadoso na resposta e apelar para a securitização do tema, utilizando palavras chaves como "cidadania" e "ordem pública". Ele deixa claro que a população precisa fazer sacrifícios, mobilizando uma das definições de segurança. De acordo com o acadêmico Didier Bigo, a ideia de segurança "assume uma escolha e um sacrifício de um ator em favor de outro. Segurança não pode ser global e para todos." (2008, p. 123, tradução nossa) Assim, Cabral não explicita que a parcela que precisa abrir mão de sua vida em prol da segurança pública é apenas dos que moram na favela.

Pode-se perceber a mesma estratégia 11 anos depois, na fala do ex-presidente do Brasil, Michel Temer:

O crime organizado quase tomou conta do estado do Rio de Janeiro. É uma metástase que se espalha pelo país e ameaça a tranquilidade do nosso povo. [...] Nós não vamos aceitar que matem nosso presente nem continuem a assassinar o nosso futuro (MAZUI; CARAM; CASTILHOS, 2018)

Temer utiliza ideia de uma possível perda de controle do Estado para grupos ilegítimos, deixando claro como isso representa um perigo para as pessoas. A fala do ex-presidente, mais ainda que a de Cabral, indica perfeitamente qual a ameaça que deve ser contida e qual o objeto referente a ser protegido, facilitando o entendimento da situação pelo público. Ele profere palavras como - assassinar, matar, ameaça, tomar conta - para enfatizar o grau de perigo e facilitar a aceitação do discurso, o processo securitizador lapidado. A partir do momento que a

população do Rio de Janeiro, a audiência, se convence que está em perigo eminente, ela consente com o discurso. (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998)

Assim, pode-se dizer que todo esse processo de securitização, na verdade, gera tanto segurança quanto insegurança. Didier Bigo (2008), então, complementa a ideia de securitização, trazendo o conceito de (in)securitização, em que a segurança e a insegurança caminham juntos. É um processo que já está tão enraizado na sociedade moderna, presente em discursos e ações cotidianas, que não percebemos que a política de exceção implementada.

Essa política endurecida pode ser vista como uma tentativa do poder público de recuperar o poder do Estado. Porém, ela não deveria ser idealizada, pois é facilmente utilizada de formas pouco democráticas para manipular ameaças. Assim, o correto seria que fosse invocada ocasionalmente, já que a política deveria cuidar das questões comuns do dia dia. (ibid, p. 29) Porém, a realidade no Rio de Janeiro parece discordar com essa hipótese. O Estado parece ao longo dos anos seguir a direção oposta - vem aumentando o grau de força de suas intervenções, mostrando que a pauta de segurança pública pontual sobrepõe a de políticas consistentes e duradouras. Pode-se dizer, inclusive, que a situação em que o Brasil se encontra é resultado de um "modelo de modernização excludente", produto de anos de baixa implementação de políticas públicas que visam ajudar a população economicamente. É claro, então, perceber que todo esse cenário se traduz em um problema estrutural conservado há anos através da desigualdade social no país inteiro. (CARVALHO, 2013)

4. O Estado - ausente ou presente?

Muitas vezes, o Estado é erroneamente tido como uma entidade consolidada e sólida. Porém, existe um processo constante de construção e reafirmação de sua autoridade e soberania. O Estado, na verdade, se mostra como uma fundação de luta política contínua, dependendo muito de recursos identitários. (WEBER, 1994)

Para isso, ele dispõe de diversos mecanismos, desde militares a econômicos. O Brasil é um país historicamente extremamente desigual, em que poucas pessoas concentram grande parte da renda. Inclusive, em 2018 o nível de desigualdade subiu ainda mais, levando o Brasil para a primeira colocação de países desiguais. (JORNAL NACIONAL, 2019) A violência estrutural, portanto, se faz presente no dia dia dos brasileiros, principalmente na parcela mais pobre da população, já que é baseada em "oportunidades desiguais na vida" (GALTUNG, 1969, p.171, tradução nossa). O sociólogo Galtung explica que "aqueles que se beneficiam da violência estrutural [...] vão tentar preservar o status quo tão bem formado para proteger seus interesses." (1969, p. 179) Seguindo essa lógica, pode-se desconfiar que a violência estrutural presente na sociedade brasileira, e principalmente na cidade do Rio de Janeiro, seja usada pelo governo como um instrumento de controle de sua população para continuamente reafirmar a estrutura já vigente.

Além da violência estrutural, que é mais silenciosa, uma ferramenta utilizada é o aparato militar. Como disse a cientista política Jacqueline Muniz: "O Exército nunca esteve tanto nas ruas como nos governos democráticos". Esses dispositivos coercitivos são teatrais, é uma maneira do Estado se fazer presente visivelmente e de forma sólida no cotidiano da população. Esse método é constantemente utilizado nas favelas do Rio de Janeiro, mas de forma ainda mais incisiva em 2018

com a intervenção federal. (BETIM, 2018) O exército e polícia se encontram sempre ao dispor para agir diretamente em favor da ordem social, enquanto as pessoas que de fato tomam as decisões, os governantes, ficam blindados por trás da burocracia. (GALTUNG, 1969)

Ao explorar os números da análise da violência no Rio de Janeiro, percebe-se que há um número assustador de homicídios perpetrados por policiais. Em 10 anos, o número de mortes ultrapassa cinco mil. O dado cru, antes mesmo de ser passar por uma análise identitária, já se torna extremamente preocupante, já que o dever do Estado deveria ser justamente o oposto: garantir o direito à vida de todos seus cidadãos, em todos os momentos. É seu dever fundamental fazer de tudo para proteger sua população e investigar quando há algum ataque. (Anistia Internacional, 2015)

Como já dito antes, é mais preocupante ainda quando percebe-se que as mortes possuem um corte racial e geográfico, já que a maioria dos alvos são negros, além de serem majoritariamente em favelas. São as zonas de morte que Berenice Bento explica, a dinâmica usada pelo Estado para garantir controle em sua governabilidade. É a famosa frase “no centro da cidade a bala é de borracha, já nas favelas a bala é de verdade” (FRANCO, 2014, p. 94), já que as operações policiais são realizadas de formas diferentes pela cidade.

Além disso, se instaurando esse ambiente combativo, os favelados se tornam "objeto da 'guerra'" (LEITE, 2012, p. 381), alvos da força repressiva do Estado. E é justamente esse cenário que leva aos números de morte exorbitantes. Mais grave ainda se torna a situação quando a força do Estado é o exército, como na intervenção federal do Rio de Janeiro. É uma instituição extremamente hierarquizada e treinada para agir em guerra, fora de metrópoles. Porém, a

dinâmica urbana se mostra totalmente diferente, em que as situações são mais imprevisível e menos sistemáticas, em que os soldados precisam agir muitas vezes individualmente. Conseqüentemente, a falta de familiaridade com o cenário facilita o abuso de poder e o uso desmedido da força repressiva. (BETIM, 2018)

Um exemplo costumeiro de uso excessivo de instrumentos repressivos para moradores da favela é a utilização do carro blindado chamado de "caveirão" nas operações policiais. Mesmo sendo um veículo de suporte para a polícia militar, ele é análogo a máquinas de guerra e sua utilização causa crescimento no número de mortes. Seu uso é tão recorrente que passa a ser algo natural para os moradores. (CARVALHO, 2013)

Outra situação que tem acontecido cada vez mais é a morte de crianças causada por balas perdidas que advém de tiroteios entre policiais e criminosos. Em doze anos, desde 2007 até meio de 2019, foram quase 60 crianças mortas em todo Estado do Rio de Janeiro, dado que considera apenas morte nessa situação específica. Ao analisar as localidades das fatalidades, percebe-se que praticamente todas são em favelas. Como se não fosse o suficiente, após o ocorrido, ainda existe uma falta de assistência estatal para as famílias das vítimas. As famílias passam por um segundo trauma após o incidente, já que não recebem o mínimo do Estado, nem mesmo em casos em que bala causadora da morte parte da arma de um oficial da polícia militar. Assim, o Estado deixa as famílias no limbo, muitas vezes sem receber a indenização ou sem mesmo haver a prisão do policial. (GUIMARÃES, 2019)

O atual governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, foi eleito com um discurso forte e conservador sobre segurança pública. Direto e frio, é conhecido por falas como: "Não sai de fuzil na rua, não. Troca por uma Bíblia. Se você sair

[com um fuzil], nós vamos te matar" (NOGUEIRA, 2019) Desde o início do seu mandato, no começo do ano de 2019, os números de homicídio por policiais subiu em relação ao mesmo período dos anos anteriores - 1249 mortes em apenas 8 meses. Mesmo assim, ele segue aplicando políticas que parecem incentivar ainda mais esse cenário. Apenas três dias após a morte de Ágatha, uma menina de apenas 8 anos, em um tiroteio entre policiais e bandidos, Witzel assina um decreto que acaba com o incentivo a policiais de reduzir o número de homicídios em serviço. Mesmo que os números de mortes continuem sendo contabilizadas, o número de mortes deixará de ser um índice do bônus salarial dos policiais. (BARBON, 2019)

No final das contas, o que parece estar acontecendo no âmbito da segurança pública do Rio de Janeiro é um aprofundamento, cada vez mais, da necrobiopolítica. A legitimidade dada por governantes aos policiais funciona como uma carta branca para policiais, levando a números cada vez mais alarmantes de violência. Entre tudo, a questão que mais deve ser frisada é que o Estado não apenas falha no seu dever como protetor e garantidor dos direitos individuais, mas é, também, o próprio ator que perpetua da violência contra seus próprios cidadãos - seja a violência direta, causando mortes, ou pela sua passividade, como na situação de desigualdade.

Todo esse cenário de segurança pública, portanto, mostra que o Estado se faz extremamente presente por toda cidade do Rio de Janeiro, mesmo que seja através de aparatos coercitivos. O discurso, tão disseminado pelo senso comum, de que as favelas marcam o local de ausência da cidadania, sendo chamadas pelo IBGE de "aglomerados subnormais". A favela seria a definição de anti-cidade, onde há a precariedade, ilegalidade e insegurança. (BARBOSA; SILVA, 2013) Além disso,

é comum dizer que a criminalidade da favela advém da ausência do Estado, em que os criminosos traficantes seriam um "poder paralelo" que nasce desse vácuo institucional e surgem como uma afronta direta ao monopólio de força do Estado, visão que explica a tentativa de "retomada" do Estado nesses locais. Esses discursos estão resumidos na noção de "cidade partida" de Zuenir Ventura, em que existiriam dois lados antagônicos de uma mesma cidade, levando a uma hierarquização dos espaços, além de reforçar o vínculo entre as ideias de pobreza e criminalidade. (SILVA, 2015) Porém, podemos perceber que essa é uma visão simplista que não analisa todos os fatos. Jorge Luiz Barbosa e Jailson de Souza e Silva, fundadores do Observatório de Favelas, explicam:

Há uma hierarquização da cidadania no território urbano que, no seu limite extremo, conduz ao *sitiamento* discriminador e ações indiscriminadas de violência contra comunidades populares. Assim, ao contrário da expressão "cidade partida", de Zuenir Ventura, [...] o que temos, historicamente, é um "Estado Partido", voltado para atender às demandas específicas [...] (2013, p. 122, grifo do autor)

É a dinâmica que se encontra presente no que podemos chamar de Estado centauro. No topo da sociedade, organizada por classe social, o Estado age com uma essência liberal para aqueles que possuem recursos financeiros e posição privilegiada. Já na parte debaixo da estrutura, em que se encontra a parcela mais pobre da população, ele mobiliza uma imagem mais incisiva e de controle, como no caso do Rio de Janeiro:

Seus governantes usam a "guerra ao crime" (mas não unicamente) como um teatro burocrático voltado para reafirmar sua autoridade e encenar uma "soberania" do Estado no exato momento em que essa soberania está sendo violada pela desenfreada mobilidade do capital e pela integração jurídico-econômica em conjuntos políticos supranacionais. (WACQUANT, 2014, p. 155)

A favela, portanto, não marca a ausência da presença do Estado. Na verdade, sua figura se encontra constantemente presente nesses territórios, mas de forma diferente que em outras partes da cidade. O Estado precisa se manter ativo na favela para passar a imagem de soberano, para reforçar que não controla todo seu

território, principalmente aqueles que o senso comum diz ser dominado pelo crime.

O governo do Rio de Janeiro se configura como um Estado Partido pois ele age de formas diferentes pelo seu território com a sua população. As próprias ações do Estado são ações que reforçam a desigualdade, já que em certos locais ele age a favor de uma elite, protegendo e reforçando seus privilégios, e em outros ele age através da repressão e da falta de estrutura. A ideia de Ventura, assim, se mostra precipitada. Além disso, esse discurso de cidade partida, que mobilizam a ideia da ausência da cidadania, "fazem das favelas territórios ilegítimos nas cidades e, por extensão, os seus moradores como pessoas incapazes de mudar as suas condições de existência, daí imersos no 'círculo vicioso da pobreza'." (BARBOSA; SILVA, 2013)

5. Considerações finais

Portanto, pode-se perceber como a sociedade atual na capital carioca pode se mostrar tão perversa para alguns, enquanto é justa para outros. Desmistificando o discurso de "ausência estatal" nas favelas, entende-se que a presença do Estado é constante e dura. O Estado surge, sem sombra de dúvidas, como o ator central em todo esse cenário. Porém, é importante frisar que ele não é o único. Mesmo havendo todo um sistema já sólido que prega por uma segurança pública conservadora e excludente, ele não se sustenta sozinho.

As pessoas, mesmo inseridas nessa complexidade, possuem poder de agência individual e podem duvidar do discurso hegemônico. Muitas vezes, o que parece acontecer é um apoio cego às políticas, consentindo com a violência. Talvez o mais cruel desse sistema é que, muitas vezes, as próprias pessoas que consentem com as políticas desiguais são as que sofrem diretamente com elas. A conjuntura atual se encontra tão rígida que ela gera falta de esperança da população, que acaba escolhendo soluções de curto prazo e extremas pois não há perspectiva de mudança. Como diria Galtung (1969), muitas vezes a desigualdade estrutural pode parecer mais natural do que a paz estrutural. Assim, a população acaba por aceitar o cenário como ele é, subjugando-se e consentindo à estrutura.

Por trás de ações truculentas dos agentes do Estado, existe um véu de legitimação tecido por toda população e raízes nas instituições do poder executivo do governo. A própria população continua sendo criminalizada para servir como um inimigo interno para a política de controle de um Estado centauro, reforçando estereótipos e legitimando a necrobiopolítica.

Enquanto isso, pessoas continuam morrendo com balas que parecem ter endereço. São destinadas a indivíduos pré-determinados, talvez desde o

nascimento, pois são os que possuem vidas matáveis. Cumprem sua função de "outro" durante a vida e, quando necessário, cumprem tal função na sua morte. Quando percebe-se como é cruel o sistema, acabamos por nos perguntar se possuímos uma saída realística, ou se estamos fadados a viver em um governo pautado na necrobiopolítica.

Para concluir a discussão sobre um tema tão forte, é necessário invocar palavras dos que mais tem lugar de fala. Cheia de esperança, segue a fala de Jailson de Souza e Silva:

Afinal, cidadania não se resgata, ela é inerente ao ser social. Todos nascemos cidadãos e, por isso, estamos fadados a exercer nossos direitos e deveres, a nossa humanidade, a nossa carioquice. E a existência das favelas torna o Rio de Janeiro cada vez mais carioca. Por isso, ela é, antes de tudo, solução, uma solução carregada de desafios. Que possamos enfrentá-los juntos, numa rede tecida pela esperança e pela solidariedade. (s.d)

6. Referências Bibliográficas

ANISTIA INTERNACIONAL. “*Você Matou Meu Filho - Homicídios cometidos pela Polícia Militar na cidade do Rio de Janeiro*”, 2015. Disponível em:

<<https://anistia.org.br/direitos-humanos/publicacoes/voce-matou-meu-filho/>>.

Acesso em 10 nov. 2019.

BARBON, Júlia. Witzel acaba com incentivo à redução de mortes por policiais.

Folha, Rio de Janeiro, 24 set. 2019. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/witzel-acaba-com-incentivo-a-reducao-de-mortes-por-policiais.shtml>>. Acesso em 16 nov. 2019.

BARBOSA, Jorge Luiz; SILVA, Jailson de Souza e. As favelas como territórios de reinvenção da cidade. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, Rio de Janeiro, n.1, fev. 2013.

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? *Cadernos Pagu*, n.53, e185305., 2018. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-83332018000200405&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 02 nov. 2019.

BETIM, Felipe. Jacqueline Muniz: “Empregar o Exército no Rio é uma teatralidade operacional de alto custo e baixa eficácia”. *El Pais*, Rio de Janeiro, 23 fev. 2018. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/21/politica/1519238698_373309.html>.

Acesso em 02 nov. 2019.

BIANCHI, Paulo. 9 em cada 10 mortos pela polícia no Rio são negros ou pardos.

Uol, Rio de Janeiro, 26 jul. 2017. Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/07/26/rj-9-em-cada-1>

0-mortos-pela-policia-no-rio-sao-negros-ou-pardos.htm>. Acesso em: 10 nov.

2019.

BIGO, Didier. International Political Sociology. In: WILLIAMS, Paul D.

Security Studies: an Introduction, Oxon: Routledge, 2008. 551p.

BRAVO, Barbara; DRUMOND, Paula. Challenging modernities in Rio de

Janeiro: a critical analysis of the 'pacification' project. In: BATCHELOR, Peter;

KENKEL, Kai Michael (Orgs.). **Controlling Small Arms**: Consolidation,

innovation and relevance in research and policy. Londres: Routledge, 2013. 336 p.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. *Security: A New*

Framework for Analysis. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CABRAL, Sérgio. "Os bandidos já viram que não estamos de brincadeira".

[Entrevista concedida a] Nelito Fernandes. *Época*, 06 jul. 2007. Disponível em:

<<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG77973-5856,00-OS+BANDIDOS+JA+VIRAM+QUE+NAO+ESTAMOS+DE+BRINCADEIRA.html>> Acesso

em 09 nov. 2019.

CARVALHO, Monique Batista. A política de pacificação de favelas e as

contradições para a produção de uma cidade segura. *O Social em Questão*, [S.L], n.

29, p. 285-308, jun. 2013.

COMITÊ POPULAR RIO DA COPA E DAS OLIMPÍADAS.

Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro. [S.L],

[S.D.]. Disponível em: <<https://comitepopulario.wordpress.com/>> Acesso

em 09 nov. 2019.

DE LARA, Bruna. Auto De Resistência Coletivo. *The Intercept*, 18 maio 2018.

Disponível em:

<<https://theintercept.com/2018/05/13/maes-com-filhos-assassinados-pelo-estado/>>

Acesso em 03 nov. 2019.

EDKINS, Jenny. *Trauma and the memory of politics*. Cambridge:

CambridgeUniversity Press, 2003. 265 p.

EXTRA. Isso não é normal. *Extra*, 16 ago. 2017. Disponível em:

<<https://extra.globo.com/casos-de-policia/guerra-do-rio/isso-nao-normal-21711104.html>>. Acesso em 10 nov. 2019.

FREIRE, Aluizio. Cabral defende aborto contra violência no Rio de Janeiro. *GI*, Rio de Janeiro, 24 out. 2007. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL155710-5601,00-CABRAL+DEFENDE+ABORTO+CONTRA+VIOLENCIA+NO+RIO+DE+JANEIRO.html>>.

Acesso em 02 nov. 2019.

FERREIRA, Alvaro. Favelas No Rio De Janeiro: Nascimento, Expansão, Remoção E, Agora, Exclusão Através De Muros. *Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. 14, n. 828, jun. 2009.

FRANCO, Marielle. **UPP – A Redução Da Favela A Três Letras**: Uma Análise Da Política De Segurança Pública Do Estado Do Rio De Janeiro. 2014. 136 p. Tese (Mestrado) - Curso de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, Uff, Niteroi, 2014.

GALTUNG, Johan. Violence, Peace, and Peace Research. *Journal Of Peace Research*. S.L, p. 167-191. 1969.

GUIMARÃES, Saulo Pereira. Maioria das crianças mortas por bala perdida no Rio foi vítima de trocas de tiros entre polícia e bandidos. *GI*, Rio de Janeiro, 27 set. 2019. Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/rio/maioria-das-criancas-mortas-por-bala-perdida-no-rio>>

-foi-vitima-de-trocas-de-tiros-entre-policia-bandidos-1-23976559>. Acesso em 15 nov. 2019.

JORNAL NACIONAL. Desigualdade aumentou no Brasil em 2018, aponta IBGE. *GI*, S.L, 16 out. 2019. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/10/16/desigualdade-aumentou-no-brasil-em-2018-aponta-ibge.ghtml>>. Acesso em 15 nov. 2019.

LEITE, Márcia Pereira. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 6, n. 2, p.374-388, set. 2012.

MAZUI, Guilherme; CARAM, Bernardo; CASTILHOS, Roniara. Temer assina decreto de intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro. *GI*, 16 fev. 2018. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/politica/noticia/temer-assina-decreto-de-intervencao-federal-na-seguranca-do-rio-de-janeiro.ghtml>>. Acesso em: 09 nov. 2019.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. 3a ed.. São Paulo: n-1 edições, 2018. 71 p.

NOGUEIRA, Italo. Governador que só pensa em morte reclama de política sobre caixão. *Folha*, Rio de Janeiro, 23 set. 2019. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/governador-que-so-pensa-em-morte-reclama-de-politica-sobre-caixao.shtml>>. Acesso em: 16 nov. 2019.

OLERJ. *Unidade de Polícia Pacificadora, UPP*. Disponível em:

<<http://olerj.camara.leg.br/retratos-da-intervencao/unidade-de-policia-pacificadora-upp>> Acesso em 07 nov. 2019.

SILVA, Jailson de Souza e. Adeus "Cidade partida". Disponível em:

<<http://of.org.br/acervo/artigos/adeus-cidade-partida/>> Acesso em 16 nov. 2019.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. "Violência Urbana", Segurança Pública E Favelas: O Caso Do Rio De Janeiro Atual. Caderno Crh, Salvador, v. 23, n. 59, p.283-300, ago. 2010.

SILVA, Marcella Carvalho de Araujo. A transformação da política da favela: desconstruindo a "ausência do Estado". Revista Antropolítica, n.38, Niterói, 2015.

TELES, Edson. A produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceção. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/acessar/>>. Acesso em 02 nov. 2019.

VALENTE, Jonas. Saiba quais são os temas mais debatidos pelos brasileiros no Facebook. *Agência Brasil*, 21 jul. 2018. Disponível em:

<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-07/saiba-quais-sao-os-temas-mais-debatidos-pelos-brasileiros-no-facebook>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

WACQUANT, Loïc. Marginalidade, etnicidade e penalidade na cidade neoliberal: Uma cartografia analítica. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 2, São Paulo, nov. 2014.